

## **“NAS RUAS, NAS PRAÇAS, QUEM DISSE QUE SUMIU? AQUI ESTÁ PRESENTE O MOVIMENTO ESTUDANTIL” – POR ONDE ANDAM OS ESTUDANTES QUE OCUPARAM AS ESCOLAS EM 2016?**

Marcos Folador<sup>1</sup> 

Roseli Alves dos Santos<sup>2</sup> 

**“EN LAS CALLES, EN LAS PLAZAS, ¿QUIÉN DIJO QUE DESAPARECIÓ? EL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL ESTÁ PRESENTE AQUÍ” – ¿DÓNDE ESTÁN LOS ESTUDIANTES QUE OCUPARON LAS ESCUELAS EN 2016?**

**“IN THE STREETS, IN THE SQUARES, WHO SAID IT DISAPPEARED? THE STUDENT MOVEMENT IS PRESENT HERE” – WHERE ARE THE STUDENTS WHO OCCUPIED THE SCHOOLS IN 2016?**

### **Resumo**

O presente artigo é fruto da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso como pré-requisito para obtenção do título de licenciado em Geografia, tendo como problema norteador se a participação dos estudantes nas ocupações escolares contribuiu e em que medida para a formação crítica dos sujeitos. O objetivo geral foi analisar a espacialização dos estudantes que ocuparam o Colégio Estadual Mário de Andrade em 2016, no município de Francisco Beltrão - Paraná, sendo que tal movimento fez parte da segunda onda de ocupações escolares do Brasil, tendo como pauta a luta contra a Medida Provisória (MP) 746/2016 condizente com a reforma do Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016. Para isso, contextualizamos o processo que levou a ocupação das escolas, a partir de autores como Groppo (2018), Stoiev (2019), Martins (2018), Corso (2020) e David (2019), buscando caracterizar as ocupações escolares no município de Francisco Beltrão e depois à ocupação do colégio em questão. A pesquisa de caráter qualitativo, busca também abordar de que forma as tensões do território escolar, levaram a ação estudantil de ocupação na busca da defesa da escola pública. Para isso, realizamos levantamento bibliográfico e consulta as páginas criadas pelos estudantes em redes sociais, também oito entrevistas semiestruturadas com estudantes que ocuparam o colégio, analisando a partir delas e das experiências retratadas, se as ocupações influenciaram e de que forma a atual espacialização dos jovens, constatando que

---

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2021). Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), na linha de pesquisa educação e ensino de Geografia. Membro do grupo de pesquisa Representações, Espaços, Tempos e Linguagens em Experiências Educativas (RETLEE), membro do Grupo de Pesquisa Análise e Educação Ambiental na Região Sudoeste do Paraná e do Grupo de Pesquisa Corpo, Gênero e Diversidade.

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Câmpus de Presidente Prudente Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Université de Caen Normandie.

### **Como referenciar este artigo:**

FOLADOR, Marcos; SANTOS, Roseli Alves dos. “Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu? aqui está presente o movimento estudantil” – por onde andam os estudantes que ocuparam as escolas em 2016? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 26, p. 1-27, 2024.  
DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.7700>

a partir do processo de ocupação e das experiências vividas, os secundaristas de 2016, trazem consigo, ação, aprendizados e relações que são retratadas no espaço que ocupam hoje.

**Palavras-chave:** Ocupações escolares; Território escolar; Movimento estudantil; Francisco Beltrão; Juventudes.

### Resumen

El presente artículo es el resultado de la investigación del Trabajo de Finalización del Curso como requisito previo para la obtención del título de Licenciado en Geografía, teniendo como problema rector si la participación de los estudiantes en las ocupaciones escolares contribuía y en qué medida a la formación crítica de las materias. El objetivo general fue analizar la espacialización de los estudiantes que ocuparon la Escuela Estatal Mário de Andrade en 2016, en el municipio de Francisco Beltrão - Paraná, y ese movimiento formó parte de la segunda ola de ocupaciones escolares en Brasil, con la lucha contra la Medida Provisional (MP) 746/2016 coherente con la reforma de la Enseñanza Media y la Propuesta de Enmienda Constitucional (PEC) 241/2016. Para ello, contextualizamos el proceso que llevó a la ocupación de las escuelas, a partir de autores como Groppo (2018), Stoiev (2019), Martins (2018), Corso (2020) y David (2019), buscando caracterizar las ocupaciones escolares en el municipio de Francisco Beltrão y luego a la ocupación de la escuela en cuestión. La investigación cualitativa también busca abordar cómo las tensiones del territorio escolar llevaron a la acción estudiantil de ocupación en la búsqueda de la defensa de la escuela pública. Para ello, se realizó un relevamiento bibliográfico y se consultaron las páginas creadas por los estudiantes en redes sociales, así como ocho entrevistas semiestructuradas a estudiantes que ocupaban la escuela, analizando a partir de ellas y las experiencias retratadas, si las ocupaciones influyeron y de qué manera la espacialización actual de los jóvenes, encontrando que desde el proceso de ocupación y las experiencias vividas, Los estudiantes de secundaria de 2016 traen consigo acción, aprendizaje y relaciones que se retratan en el espacio que ocupan hoy.

**Palabras clave:** Ocupaciones escolares; territorio escolar; movimiento estudiantil Francisco Beltrão; Jóvenes.

### Abstract

This article is the result of the research of the Course Completion Work as a prerequisite for obtaining the title of Bachelor in Geography, having as a guiding problem whether the participation of students in school occupations contributed and to what extent to the critical formation of the subjects. The general objective was to analyze the spatialization of the students who occupied the Mário de Andrade State School in 2016, in the municipality of Francisco Beltrão - Paraná, and such movement was part of the second wave of school occupations in Brazil, with the struggle against the Provisional Measure (MP) 746/2016 consistent with the reform of High School and the Proposed Constitutional Amendment (PEC) 241/2016. To do so, we contextualize the process that led to the occupation of schools, based on authors such as Groppo (2018), Stoiev (2019), Martins (2018), Corso (2020) and David (2019), seeking to characterize the school occupations in the municipality of Francisco Beltrão and then to the occupation of the school in question. The qualitative research also seeks to address how the tensions of the school territory led to the student action of occupation in the search for the defense of the public school. For this, we carried out a bibliographic survey and consulted the pages created by the students on social networks, as well as eight semi-structured interviews with students who occupied the school, analyzing from them and the experiences portrayed, whether the occupations influenced and in what way the current spatialization of the young people, finding that from the occupation process and the

experiences lived, The high school students of 2016 bring with them, action, learning and relationships that are portrayed in the space they occupy today.

**Keywords:** School occupations; School territory; Francisco Beltrão student movement; Youths.

## Introdução

O processo educacional é composto por diversos sujeitos e a imbricação de cada um, geralmente, é conformada por ações de maior ou menor atividade/passividade, porém, no geral, os estudantes são considerados como receptores. Na contramão de um processo que considera os estudantes de forma passiva apresentamos um processo de intenso protagonismo destes, em ações que marcaram e marca as suas trajetórias e indicam a força organizativa deste segmento para provocar mudanças e/ou fissuras na organização da estrutura educacional.

Nesse sentido, as ocupações dos espaços escolares que ocorreram no ano de 2016 ecoaram por 22 estados brasileiros<sup>3</sup> e o Distrito Federal, tendo como destaque e epicentro, o estado do Paraná, o qual teve a presença de mais de 850 escolas ocupadas<sup>4</sup>. Essas ocupações efetivamente representaram um importante movimento de luta das juventudes estudantis contra as medidas impostas pelo governo federal como a Medida Provisória Nº 746/2016 (MP Nº 746/2016), chamada de Reforma do Ensino Médio e depois sendo incluída à pauta a PEC 241 -PEC do teto de gastos. A falta de diálogo para a implementação destas fomentou a luta que derivou nas ocupações dos prédios públicos, especialmente as escolas.

Neste artigo, buscamos analisar por onde “andam”, os estudantes que ocuparam as Escolas Públicas em 2016, no município de Francisco Beltrão, no Paraná, tendo como recorte o Colégio Estadual Mário de Andrade (CEMA). A pesquisa composta por uma análise bibliográfica e de entrevistas, pautou a partir de autores como Silva e Azevedo (2019) articulando a escola como território em disputa, frente as contradições da realidade dialética que lá se especializam. Também utilizamos de Groppo (2018), Stoiev (2019), Martins (2018), Corso (2020) e David (2019), para retratar as

<sup>3</sup> Apenas os estados do Acre, Amazonas, Amapá e Roraima não ocorreram ocupações secundaristas.

<sup>4</sup> As escolas ocupadas eram públicas, estaduais e ofertavam ensino fundamental e ensino médio.

ocupações no Paraná e no município em destaque. Utilizamos como fonte matérias publicadas nos jornais impressos, as páginas das ocupações criadas no Facebook e oito entrevistas semiestruturadas com participantes das ocupações de 2016, sendo realizadas entre fevereiro e junho de 2021, que possibilitou uma análise qualitativa da espacialização dos ocupas<sup>5</sup> do CEMA.

Estruturamos este texto em cinco partes: iniciamos abordando “A escola como território em disputa”, considerando as disputas que o território escolar possui em sua organização, estruturação e formação. Analisamos a partir de Silva e Azevedo (2019), como o território nos remete às relações de poder que sobre ele se entrelaçam, sendo internas e externas à dinâmica do espaço escolar, como as políticas educacionais em curso, às práticas pedagógicas, entre outros.

Na segunda parte, nomeada de “Tencionamentos do território escolar que levaram as ocupações”, abordamos as contradições do sistema escolar frente as relações e diferenças dos sujeitos que atuam naquele espaço, diante das políticas neoliberais em curso no Brasil e como tais relações ferem os direitos dos sujeitos estudantes, tendo como principal forma de (re)existir a ocupação dos prédios escolares. Abordamos as ocupações secundaristas no Brasil, segundo Groppo (2018) subdivididas em duas ondas, a primeira entre dezembro de 2015 a julho de 2016, e a segunda entre outubro e dezembro de 2016, ressaltando a segunda onda, que foi a maior da história do Brasil, trabalhando com o estado do Paraná que teve 850 escolas ocupadas em seu território.

Na terceira parte, intitulada “De quem é a escola? A quem a escola pertence?” – Primavera Estudantil em Francisco Beltrão – PR”, retratamos a ocupação dos colégios do município em questão, através de David (2019) buscamos dar visibilidade ao movimento, retratando brevemente a articulação e o processo no município. Na quarta parte, nomeada de “Ocupar e Resistir - Ocupação no Colégio Estadual Mário de Andrade”, abordamos o processo de ocupação na escola em questão e a forma de organização dos ocupas, que se tornou referência para as demais, devido a sua organização e articulação.

---

<sup>5</sup> Ocupas é o termo que os próprios secundaristas se chamavam. Será a denominação utilizada para identificar os estudantes que ocuparam as escolas.

Na quinta e última parte, intitulada de “Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu? Aqui está presente o movimento estudantil! – Por onde andam os estudantes que ocuparam o CEMA em 2016?”, através de 8 (oito) entrevistas semiestruturadas com estudantes que ocuparam o colégio (CEMA) analisamos, de forma qualitativa, a importância das ocupações para formação destes nas dimensões política, social e cidadã e como a experiência contribuiu para escolhas e suas ações nos espaços em que vivenciavam naquele momento. Através delas, podemos compreender por onde os estudantes que ocuparam a escola estavam inseridos e como se dava a luta dentro do sistema vigente, bem como a relevância desta formação para a atuação e vivências na atualidade, refutando argumentos utilizados pelos contrários às ocupações de que “quem ocupava a escola eram os vagabundos<sup>6</sup>”, “enquanto estão aprendendo a varrer o chão na ocupação, os outros alunos estavam se preparando para vestibular e ENEM<sup>7</sup>” para citar um dos argumentos.

### **A escola como território em disputa**

A Geografia como paradigma científico e como disciplina escolar busca analisar as relações do mundo de forma holística, sobretudo a partir das ações da sociedade ao desenvolver o trabalho, a técnica que altera a natureza e conseqüentemente o espaço geográfico. Como ressalta Santos (2012, p.30)

O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho.

Ao partirmos da compreensão da complexidade do objeto de estudo da Geografia, espaço geográfico vai sendo desvendado e desvelado a partir de conceitos como o lugar, território, paisagem, ambiente, que o constituem em diferentes escalas. Para tanto, neste trabalho, utilizaremos do conceito de território para entender a categoria escola, pois o movimento estudantil, ao ocupar as escolas, as transformou em território de disputas de poderes.

<sup>6</sup> Fala destacada pelo entrevistado Primavera Estudantil, 2021.

<sup>7</sup> Fala destacada pelo entrevistado Primavera Estudantil, 2021.

“Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (Haesbaert, 2004, p.1)

O CEMA, naquele contexto, se configurava como uma disputa de poder que envolvia os estudantes, as famílias, os professores, a comunidade, o Estado, entre outros, numa escala que variava da ocupação das salas às políticas e estratégias adotadas. Os territórios que as juventudes ocupam são frutos de constituições sociais e espaciais, de contradição e de subordinação/insubordinação a um sistema capitalista, patriarcal, com herança escravocrata .

O movimento dos ocupa demonstram que as juventudes vão ocupando territórios cristalizados, que expressam heranças da desigualdade socioespaciais, sendo marcante para a formação social e espacial, desde o seu desenvolvimento, na infância, moldando experiências, vivências, oportunidades, conhecimento, cultura e perspectivas de futuro.

Assim, a categoria escola possui complexidade quando trabalhada, pois são relações entre inúmeros sujeitos, sendo professores, estudantes, funcionários, juntos em um espaço que tenciona relações e apropriações de cada sujeito. Ainda assim, segundo Souza e Azevedo (2019, p. 56), “[...] a escola também pode ser enxergada como um ambiente tênue, em que algumas relações de poder se encontram fortemente presentes, em que esta pode se configurar como um território”.

A escola é, ainda, um território institucionalizado a partir de marcos legais, Políticas Educacionais, que vão expressar interesses de determinados grupos, por intermédio do seu currículo, da sua grade curricular, da estrutura física e organizacional, reproduzindo os interesses dos grupos que detêm o controle social.

Sendo que,

Partir do conceito de território no contexto escolar e a influência das Políticas Públicas se torna primaz para [...] pôr à vista todos os interesses e intenções por de trás das Políticas Públicas Educacionais que tanto estão presentes no cotidiano escolar e que tanto nele podem influir (Silva; Azevedo, 2019, p.65).

De acordo com as relações territoriais internas e externas teremos a formação do espaço escolar, sendo as primeiras constituídas a partir de regras coletivas, normas institucionais e organizacionais pautadas de forma explícita e implícita de ordem e/ou resistência, mas conectada à totalidade; enquanto as relações externas aos muros da escola, são estruturadas e planejadas a partir de paradigmas do Estado, que compõe o todo. No entanto, não são regras imutáveis, ao contrário, por estarem pautadas nas dinâmicas do território elas o alteram e são alteradas por ele, não se trata de um lugar em si e para si, mas resultado da multidimensionalidade e representações sociais impressas no território a partir da diversidade dos sujeitos. Assim, o espaço escolar terá a sua complexidade correlata a diversidade.

Para tanto, destaca-se ainda que

[...] é possível apontar que as instituições escolares podem ser vistas como um campo de forças de uma relação dialética entre os interesses econômicos de uma sociedade capitalista, preocupada com uma educação reprodutivista e para formação de mão-de-obra e, os objetivos pedagógicos, de uma educação reflexiva e emancipadora (Silva; Azevedo, 2019, p. 56).

A escola como território, como já mencionado, é resultado histórico das relações construídas e mediadas, localmente e de forma macro. Para tanto, o processo histórico também é formado a partir das tensões e contradições, permeadas pelo sistema vigente e pela ação governamental. Tais tensões trazem à tona o contraste do sistema escolar, estando neste processo inúmeros sujeitos que ocupam, resistem e transformam o mesmo. Destarte, adiante, analisamos as relações entre as ocupações escolares e os tensionamentos do território escolar, buscando compreender como a construção de uma ocupação é a forma de defender tal território, frente tentativas de retrocesso educacional e avanço do neoliberalismo.

### **Tensionamentos do território escolar que levaram às ocupações**

A escola como território e lugar de pertencimento dos sujeitos estudantes, vem, ao longo da história, passando por diversos processos que tensionam a educação pública. As instituições de ensino são organizadas a partir da lógica do sistema capitalista, mudando de acordo com as dinâmicas históricas, advindos de programas

e intenções governamentais para reproduzir e atender as necessidades do modelo de desenvolvimento vigente (David, 2019).

A partir do final do século XX, com novas organizações mundiais e novas estratégias de mercado, o neoliberalismo ganha espaço nos governos e países, sobretudo refletindo a ação nas políticas educacionais, sendo que

O fundamento de tais reformas está na transferência da Educação da esfera dos direitos sociais à esfera do mercado, reduzindo-a a uma condição de propriedade. De maneira que as instituições escolares devem ser pensadas e reestruturadas sob modelos produtivistas e empresariais (Lagoa, 2019, p. 5).

Consequente, compreendemos que o sistema de ensino acaba corroborando com rumos cada vez mais excludentes para os sujeitos estudantes, sendo reflexo de ações dentro do sistema vigente e inerente a lógica neoliberal.

A educação e a organização do sistema de ensino decorrem da estrutura de classes da sociedade capitalista e da correlação de forças que aí se estabelece; assim, a escola, ao responder às necessidades do mundo da produção, contribui para garantir a reprodução das desigualdades que caracterizam esta sociedade (Martins, 2020, p. 145).

A lógica organizativa traz consigo conflitos aos sistemas de ensino, trata-se de disputas de poderes, especialmente entre o sistema político-econômico vigente e a classe trabalhadora, sobretudo dos jovens que vivem a realidade escolar.

As juventudes presentes na escola, na sociedade, historicamente e especialmente situadas, também enunciam suas angústias, inconformidades e suas pautas frente as políticas organizacionais que afetam a educação e a sua realidade. Observamos que na última década as pautas das juventudes, aqui caracterizadas no plural, devido às suas heterogeneidades, não reproduzindo um único padrão do ser social, alcançam cada vez mais espaço no Brasil e na América Latina, ressignificando sua existência e os espaços onde vivem.

Apesar de singularidades locais e pautas distintas as juventudes se organizam e (re)estruturam-se com traços comuns, tendo relações que as une, como as opressões do sistema capitalista que reverbera o dia a dia destes, também a condição frente ao sistema patriarcal que corrobora com um sistema de pressões e opressões.



As juventudes escolares, historicamente articuladas, utilizam das ocupações escolares, como forma de re(existir) a tais processos.

Do Chile para a Argentina, da Argentina para o Brasil: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Espírito Santo, Paraná, entre outros estados, seguiu-se uma onda de manifestações juvenis, tendo uma característica comum em suas ações: as ocupações de prédios escolares como a principal tática de luta (David; Martins, 2021, p. 2).

As juventudes utilizam de espaços de luta como as praças, as ruas, os bairros e seus próprios corpos, mas principalmente as escolas e neles estabelecem suas lutas. Utilizam da ocupação como principal ferramenta para reivindicar suas pautas e defender a educação pública, gratuita e de qualidade, apropriando-se da escola como algo público, coletivo, não como algo do "governo" (Groppo, 2018).

A ocupação das escolas, perpassa o simples fato de ocupar os espaços físicos e estruturais, é a tentativa de garantir o direito à educação, efetivando o que consta no Artigo 205 da Constituição Federal do Brasil:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1998).

A ocupação é entendida por Martins (2009) como uma categoria social/educacional:

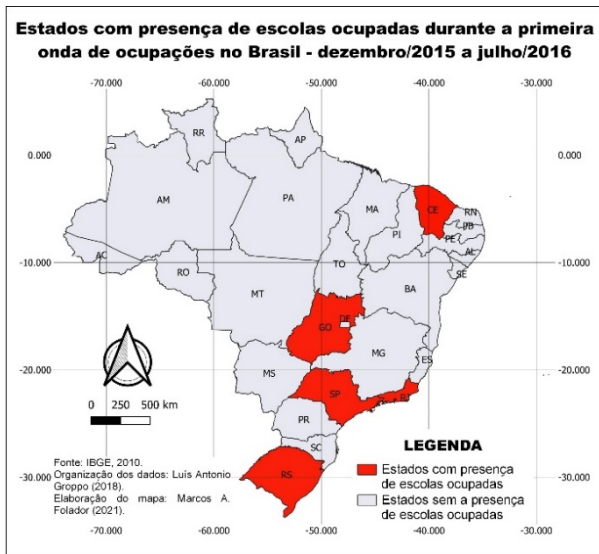
Ocupar a escola em sua dimensão política pressupõe, necessariamente, a construção e a manutenção de uma escola dotada de um projeto social, que supere as condições existenciais atuais, que se vincule a um projeto de sociedade emancipada e emancipadora que, por sua vez, exige práticas educacionais e escolares condizentes com tal projeto (Martins, 2009, p. 207).

As ocupações escolares, significam que é necessário repensar a organização vertical vigente no sistema educacional e à situação precária que a educação pública vem enfrentando (David; Martins, 2021).

No Brasil, vivenciamos, segundo Groppo (2018), duas ondas de ocupações escolares, sendo a primeira, de dezembro de 2015 a julho de 2016, com pautas distintas entre as localidades, mas tendo como elo políticas educacionais em implementação, evidenciadas principalmente nos estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará, conforme Mapa 1. A segunda onda de ocupações

ocorreu entre outubro e dezembro de 2016, tendo como epicentro o estado do Paraná, que atingiu o maior número de escolas ocupadas durante o período, 850 escolas. Esta onda teve menor duração em comparação com a primeira, mas com maior repercussão e amplitude, sendo distribuída entre 22 estados brasileiros e o distrito federal, conforme Mapa 2.

**Mapa 1** Ocupações na primeira onda do BR



**Mapa 2-** Ocupações na segunda onda



do BR

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Perpassando por um momento político instável, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, o presidente Michel Temer, o vice que assumiu, alicerçado intrinsicamente a políticas de Estado neoliberais e consoantes as elites brasileiras. Temer anunciou a Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016, que promove a reforma do Ensino Médio, que depois veio a ser aprovada em 2017, como Lei n. 13.415 (Brasil, 2017) além de anunciar a PEC Nº 241 (posteriormente PEC Nº 55/2016) que congela investimentos durante 20 anos em saúde, educação, segurança entre outros, que foi aprovada como Emenda Constitucional nº 95/2016 (Brasil, 2016), se cristalizando como as duas pautas principais que levaram a ocupação das escolas.

A Reforma do Ensino Médio (MP-746/2016), foi apresentada à sociedade sem discussão e debate, para além disso, com a flexibilização corroborava em “aprofundar as desigualdades já existentes na sua oferta, bem como a aplicação da lei levar o desaparecimento de saberes e disciplinas fundamentais – ligadas à História, Filosofia,

Ciências Sociais e Artes” (Groppo, 2018, p. 92), além de outros dispositivos como o “notório saber” em que professores sem formação mínima e específica poderiam trabalhar com disciplinas eletivas. E a proposta que limitava os gastos públicos (PEC N.º 241/2016) que foi aprovada como Emenda Constitucional nº 95/2016 (Brasil, 2016), que “instituiu um novo regime fiscal ao país “congelando” os gastos sociais (educação, saúde e seguridade social) por vinte anos, favorecendo o pagamento da dívida pública e até mesmo seu incremento” (Groppo, 2018, p. 92).

No Paraná, além das motivações de ordem nacionais, destacamos que os estudantes e servidores já perpassavam por conflitos com o governo estadual. Dentre as ações tomadas pelo governador Beto Richa (PSDB/ 2011 -2018), podemos citar o chamado Pacote (Stoiev, 2019), que emergiu como uma medida de retrocesso aos servidores públicos, retirando direitos previdenciários e trabalhistas destes, e que culminou no Massacre do dia 29 de abril de 2015<sup>8</sup>, acirrando os ânimos entre a comunidade escolar e o governo, conforme observou-se em entrevistas com os participantes das ocupações (David, 2019; Corso, 2020; Groppo *et al.*, 2021).

A primeira escola a ser ocupada no Paraná foi o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, no dia 03 de outubro de 2016, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Pouco tempo depois mais escolas foram ocupadas na mesma cidade, impulsionando rapidamente o processo por todo espaço paranaense. Do total de 399 municípios, 227 deles tiveram escolas ocupadas, totalizando 57% dos municípios do estado. O ápice das ocupações ocorreu entre os dias 10 e 17, sendo que somente no dia 17 de outubro foram contabilizadas 150 escolas ocupadas (Stoiev, 2019). No estado foram ocupadas 850 escolas, 14 instituições de educação superior públicas e 3 Núcleos Regionais de Educação (NRE) (Flach; Boutin, 2019, p. 196).

Acompanhando o processo de expansão das ocupações escolares no estado do Paraná, observamos a insurgência em todas as regiões deste. Nesse sentido, como Corso (2020) e David (2019), buscamos dar visibilidade às ocupações que ocorreram em cidades do interior, onde movimentos se tornam invisibilizados. Contudo,

---

<sup>8</sup> O massacre do dia 29 de abril de 2015, foi causado pela truculência e violência do Governo do Estado a Professores e outros Servidores Públicos, além de estudantes, quando tentavam ocupar a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), “onde naquele momento os deputados deveriam votar medidas que retiravam direitos dos trabalhadores da educação, sendo violentamente reprimidos” (MARTINS, 2018, p.153).

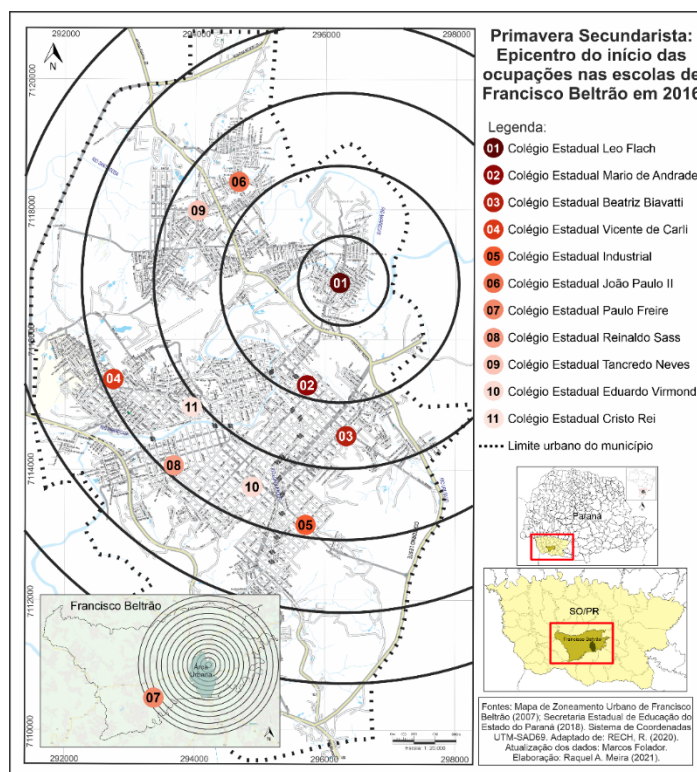
destacamos o processo de ocupação das escolas da cidade de Francisco Beltrão, localizada na região sudoeste do estado.

### **“De quem é a escola? A quem a escola pertence?” – Primavera Estudantil em Francisco Beltrão - PR**

Em Francisco Beltrão, município do sudoeste paranaense com 87.941 mil habitantes em 2016 (IBGE, 2016), as ocupações iniciaram a partir do dia 11 de outubro de 2016. A primeira escola ocupada foi o Colégio Estadual Léo Flach na periferia da cidade. Em seguida, ainda no dia 11 de outubro, durante a noite, os secundaristas do Colégio Estadual Mário de Andrade (CEMA) ocuparam a escola, e assim sucessivamente abrangendo um total de 11 das 16<sup>9</sup> instituições com oferta de Ensino Fundamental II e Ensino Médio do município, como mostra o Mapa 3.

Ressaltamos que além das 11 escolas ocupadas, houve manifestações nas duas universidades públicas do município. Na UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná e na Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná<sup>10</sup>.

**Mapa 3** – Epicentro do início das ocupações escolares na cidade de Francisco Beltrão



**Fonte:**  
(2020).

Adaptado de: RECH  
Atualização dos dados:

<sup>9</sup> Das 16 instituições de ensino, duas são de atendimento a jovens e adultos (CEEJA) e um técnico em agropecuária em regime de internato (integral).

<sup>10</sup> Na Unioeste, os cursos de Geografia e Pedagogia ocuparam por alguns dias seus blocos, mas sofreram resistência diante dos demais cursos da instituição. (DAVID, 2019).

Marcos Folador. Elaboração: Raquel A. Meira (2021).

Das 11 escolas ocupadas no município, uma era escola do campo, o Colégio Estadual Paulo Freire, e as outras 10 do espaço urbano, iniciando pela periferia em direção ao centro, sendo as instituições: Colégio Estadual Léo Flach, Colégio Estadual Mario de Andrade, Colégio Estadual Beatriz Biavatti, Colégio Estadual Dr. Virmond Suplicy, Colégio Estadual Industrial, Colégio Estadual João Paulo II, Colégio Estadual Reinaldo Sass, Colégio Estadual Tancredo Neves e Colégio Estadual Vicente de Carli e Colégio Estadual Cristo Rei.

Concomitante ao processo de ocupação das escolas do Paraná, faz-se necessário mencionar que, neste mesmo período os educadores paranaenses entraram em greve<sup>11</sup>, tal processo auxiliou na construção da coletividade dos sujeitos escolares; de um lado, estudantes lutando contra as medidas que precarizariam ainda mais a educação, e de outro, os professores que em estado de greve, foram primordiais, auxiliando as ocupações com doações de alimentos, de produtos básicos, e além disso ministrando oficinas e palestras nas escolas ocupadas, fato que mostraremos mais adiante.

Durante o processo de ocupação alguns episódios foram marcantes na história do movimento, como representado na Imagem 1, que demonstra uma articulação dos estudantes antes mesmo do ato da ocupação, com a organização de uma manifestação do dia 10 de outubro de 2016, na qual os estudantes realizaram uma passeata pelo centro do município.

---

<sup>11</sup> [...] A greve iniciou no dia 11 de outubro de 2016, após deliberação em assembleia. A principal pauta era o pagamento da data-base, que mais uma vez o governo do Estado Beto Richa (PSDB), se recusava a pagar. Os professores se mantêm em greve por 15 dias, e declaram apoio às ocupações estudantis, assim como os (DAVID, 2019. p. 86).

**Imagem 1** – Cronologia das Ocupações secundaristas de 2016 em Francisco Beltrão - PR



**Fonte:** Página do Facebook "Ocupa Cema"<sup>12</sup>; Jornal de Beltrão<sup>13</sup>, outubro de 2016. Organizado pelo autor (2021).

O processo de ocupação foi marcado por inúmeros momentos de tensão entre os ocupas e uma parte da comunidade escolar e pelo governo, como afirma David (2019 p. 97): "[...] embora os estudantes contassem com o apoio de pais e professores, também eram pressionados por pais, professores, alunos contrários ao Movimento, pela mídia local e pelo Estado, representado na cidade pelo Núcleo Regional de Educação e pela Justiça".

A pressão, propriamente dita, ocorria por meio verbal, por ameaças via redes sociais, por pessoas físicas e jurídicas, como pelo Estado que dizia ser culpa dos ocupantes a não realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), buscando com que a comunidade escolar se voltasse contra os estudantes e não contra as reformas que estavam em implementação. De forma concreta ocorreu no dia 24/10/2021, onde surgiu o movimento "Desocupa", organizado por pais ou não, vale destacar que em inúmeras escolas pelo Brasil, a desocupação foi estruturada através

<sup>12</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/OCUPACEMA>. Acesso em 20 julho de 2021.

<sup>13</sup> Jornal impresso local.

do Movimento Brasil Livre (MBL), inclusive em algumas cidades do Paraná (Corso, 2020).

Em Francisco Beltrão, a primeira escola a ser desocupada foi o Colégio Estadual Beatriz Biavatti<sup>14</sup>, que

Após o início da campanha desocupa, os secundaristas enfrentariam uma ofensiva contra as ocupações. O Colégio Estadual Beatriz Biavatti seria a primeira escola a ser desocupada. A direção da escola juntamente com alguns pais e professores forçariam a desocupação, isto aconteceria com fortes embates entre os lados, seriam chamada à Polícia 101 Militar para efetuar a desocupação, foi uma ação muito violenta com os estudantes que ocupavam a escola (David, 2019, p. 100).

Ainda no dia 24 de outubro, os estudantes das escolas ocupadas foram “convidados” a participar de um debate com a Promotoria da Infância e Juventude no Fórum de Francisco Beltrão, no qual, estavam estudantes, pais e professores contrários ao movimento. Simultaneamente, havia um debate sobre a reforma do Ensino Médio e a PEC Nº 55 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Divididos em grupos, alguns no fórum, outros na universidade e os demais na escola, os estudantes presenciaram uma das faces da justiça do município.

O “Caso do Fórum” retratado por David (2019), realça a relação do poder eminente e desafiador de um estado que consegue intimidar sua juventude em inúmeras áreas da sociedade, não sendo diferente nas ocupações, como é retratado nas falas dos ocupas:

Chegando lá a gente percebeu o que iria acontecer, nós parecíamos bozinhos indo para o matadouro, um plenário cheio de pessoas contra nós, policiais nas portas do fórum, onde aconteceu a audiência, tinha policiais nas portas, professores e diretores que eram contrários à nós. (Fernando, entrevistado em 2018). Nós chegamos, descemos e olhamos a plateia. Tinha mais de 300 pessoas, era pra ser um debate, mas não foi um debate, foi massacre contra os estudantes (Ernesto, entrevistado em 2019) (David, 2019. p.126).

Apesar da tensão eminente durante o fórum, os estudantes resistiram até o último momento, diante da pressão ali exercida, afirmaram que só desocupariam com ordem judicial, sem ela, continuariam a ocupar o espaço escolar (David, 2019).

---

<sup>14</sup> Reportagem no G1, “Pais e alunos tentam desocupar colégios e retomar as aulas”. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/pais-e-alunos-tentam-desocupar-colegio-em-foz-do-iguacu-no-parana.html>. Acesso 10/07/2021. Ressaltamos ainda que, atualmente a escola tornou-se cívico militar.

No dia seguinte, 25/10/2016, um dos juízes da comarca expediu a ordem judicial, obrigando os ocupas a deixarem a escola e a devolverem da maneira que estava antes da ocupação. No dia 26/10/2016 as dez escolas foram entregues às direções escolares, em perfeitas condições. Dentre as 11 escolas ocupadas abordamos a seguir aspectos dos ocupas do Colégio Estadual Mário de Andrade. A escolha do recorte da pesquisa se deu pela condução da ocupação deste em comparação aos demais colégios, pela organização demonstrada antes, durante e após o movimento, e pela referência encontrada na história das ocupações, registrada na página do Facebook "Ocupa Cema"<sup>15</sup>, sendo a forma de dialogar com a comunidade escolar sobre as ações realizadas durante a ocupação.

### **"Ocupar e Resistir" – Ocupação no Colégio Estadual Mário de Andrade**

O Colégio Estadual Mário de Andrade, localizado na rua Tenente Camargo, 345, Bairro Luther King, Município de Francisco Beltrão, atende alunos de todas as regiões do município, inclusive do espaço rural e alunos de outros municípios que procuram os cursos técnicos.

No ano de 2016 o CEMA, possuía um total de 1.414 alunos, subdivididos em três turnos. No período matutino o colégio ofertava o Ensino Médio regular, cursos técnicos profissionalizantes sendo formação de docentes, técnico em edificações, técnico em administração, no período vespertino Ensino Fundamental II, Ensino Médio regular, e no período noturno além do Ensino Médio, o técnico subsequente em Administração.

A ocupação do CEMA foi articulada pelo Grêmio Estudantil<sup>16</sup>, que organizou reuniões primeiramente com os representantes de turmas, que tinham a função de conversar com os colegas sobre as possíveis ações estudantis, frente a pauta de luta e após inúmeras reuniões os estudantes ocuparam a escola no dia 11 de outubro de 2016, sendo a segunda escola do município a ser ocupada. Destacamos também a

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/OCUPACEMA>. Acesso em 15/07/2021

<sup>16</sup> A gestão do Grêmio Estudantil que articulou a ocupação foi eleita no ano de 2015. Esteve articulada em outras manifestações do município, como contra a "Lei da mordaca".



articulação principalmente dos estudantes do período matutino, que mobilizaram as ocupações do colégio.

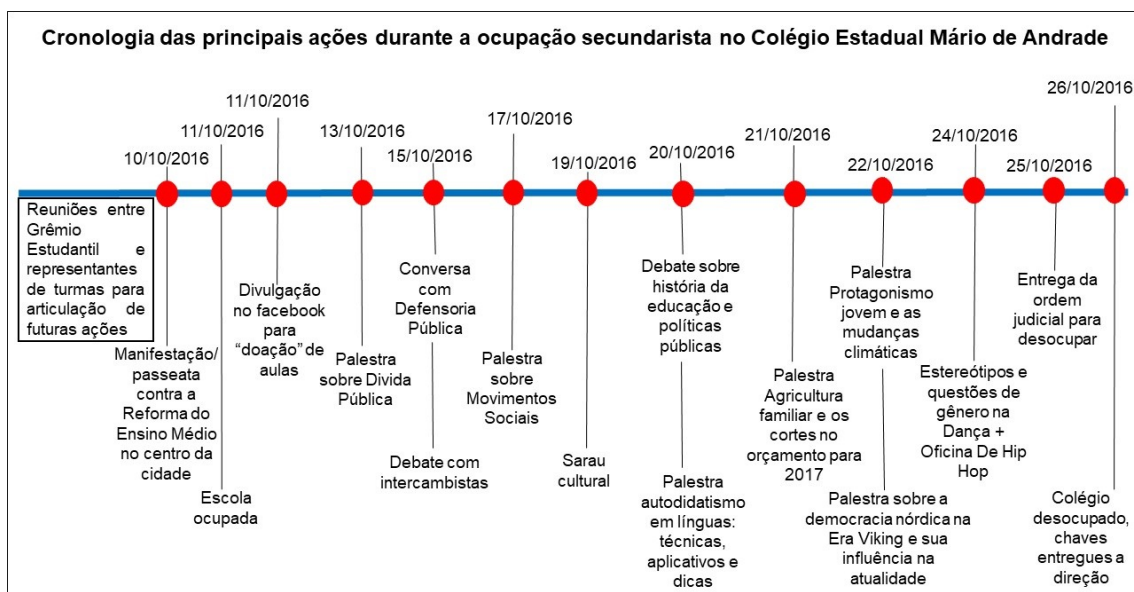
A estruturação de comissões para organização das tarefas e ações, reproduzindo um sistema parecido em todas as ocupações desde a primeira onda (TRUFFI, 2016, n.p.), auxiliou na construção de uma forma de atuação horizontal, na qual, de maneira partilhada, as decisões, ações, e planejamento eram tomadas. Portanto, como ressalta David

É possível, reconhecer nos ocupas e dissolução dos poderes hierarquizados presente na gestão e organização escolar atual, revela-se a construção efetiva de uma forma escolar horizontalizada, que aponta nos estudantes os anseios por participação direta nas decisões e na estruturação do espaço escolar (David, 2019. p. 96).

Uma das comissões presentes no CEMA era a de formação, que através das redes sociais, estudantes solicitavam a “doação de aulas”, buscando manter formações, palestras, debates, saraus, oficinas entre outros, sobre assuntos diversos, envolvendo as pautas de luta (Reforma do Ensino Médio e PEC Nº 241) conhecimentos escolares e conhecimentos gerais, para que no decorrer dos dias, os estudantes continuassem a compartilhar conhecimentos formais e não formais no espaço escolar.

Na Imagem 2, temos a cronologia das principais ações realizadas pelos estudantes do/no Colégio Estadual Mário de Andrade, durante a ocupação. Conforme observamos através da página do Facebook, foram ofertados por professores, acadêmicos, comunidade em geral, mais de 11 atividades, sobre assuntos variados, mais uma vez demonstrando a articulação e comprometimento dos jovens pela educação.

**Imagem 2** – Cronologia das principais ações durante a ocupação secundarista no CEMA.



**Fonte:** Facebook "Ocupa CEMA". Organizado pelo autor (2021).

Destarte, como mencionado na cronologia Imagem 2, no dia 25/10/2016, os estudantes receberam a ordem judicial para deixar a escola, como nas demais 09 escolas do município, não houve confronto ou tensionamentos durante a desocupação, sendo no dia seguinte (26/10/2016), as escolas entregues aos seus respectivos diretores.

Por se tratar de um movimento autêntico de resistência e protagonismo juvenil beltronense, paranaense e brasileiro, decorridos alguns anos questionamos: por onde andam os ocupas secundaristas? Quais espaços, caminhos e escolhas traçaram? E de que forma a ocupação auxiliou em suas formações?

### **"Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu? Aqui está presente o movimento estudantil"<sup>17</sup> – Por onde andam os estudantes que ocuparam o CEMA em 2016?**

Para realização da pesquisa, entramos em contato, em 2021, com 10 estudantes<sup>18</sup> que participaram da ocupação do Colégio Estadual Mário de Andrade,

<sup>17</sup> Grito de ordem utilizando por estudantes em diversas manifestações, passeatas e atos.

<sup>18</sup> O critério utilizado foi a partir da análise as fotos da ocupação através do facebook, assim buscamos entrevistar estudantes que participaram do processo inteiro de ocupação e outros que participaram moderadamente.

conseguindo entrevistar 8 destes<sup>19</sup>, através de entrevistas semiestruturada. Devido ao cenário vivenciado naquele momento, em decorrência da pandemia do COVID -19, entramos em contato com os mesmos, por meio de redes sociais (*Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*), realizando as entrevistas<sup>20</sup>, através do aplicativo *Google Meet*.

Nominamos aqui cada um a partir de um movimento/rebelião ou processo de luta da história brasileira, primando pelo sigilo das entrevistas. Inicialmente categorizamos conforme a Tabela 1, quem são os jovens que ocuparam as escolas em 2016, que idade tinham, o curso em que estudavam, o turno, se eram trabalhadores e qual a forma de representação que exerciam antes da ocupação na escola.

**Quadro 1:** Apresentação dos participantes da pesquisa

Estudante	Idade	Sexo	Curso	Série	Estudava e Trabalhava	Só estudava	Membro do grêmio	Rep. Turma
Guerra do Contestado	17	FEM	T. ADM.*	3º ano	Não	Sim	Não	Sim
Revolta da Chibata	17	FEM	F.D.**	3º ano	Sim. Estagiária CMEI	Não	Não	Não
Revolta dos Posseiros	17	FEM	T. ADM.*	4º ano	Não	Sim	Não	Não
Guerra de Canudos	18	FEM	F. D.**	4º ano	Não	Sim	Não	Sim
Revolta da Vacina	17	MAS	T. EDIF.** *	3º ano	Sim. Indústria	Não	Sim	Sim
Marcha das Margaridas	17	MAS	T. EDIF.** *	3º ano	Sim. Programador	Não	Não	Não
Primavera Estudantil	16	MAS	E.M.*** *	3º ano	Sim. Comércio de carros	Não	Sim	Não
Caras-Pintadas	16	FEM	E.M.*** *	3º ano	Não	Sim	Não	Sim

Legenda: (T.ADM\*) = Técnico em Administração/ (F.D.\*\*\*) = Formação de Docentes/ (T. EDIF\*\*\*) = Técnico em Edificações e (E.M\*\*\*\*) = Ensino Médio Regular.

**Fonte:** Entrevistas. Elaborado pelos autores (2021).

A maioria dos ocupas do CEMA, como em outras instituições, marcaram as ocupações com a presença de estudantes do Ensino Médio, nesse caso com

<sup>19</sup> Um dos estudantes convidados não conseguiu participar da entrevista devido a problemas técnicos e o outro não quis participar da pesquisa.

<sup>20</sup> Foram tomados todos os cuidados éticos, com pesquisas realizadas com seres humanos, não havendo nenhum risco à participação dos entrevistados, possibilitando benefícios a comunidade acadêmica, sendo publicizado, através da pesquisa, a importância das ocupações escolares para os sujeitos participantes.

participação entre todas as modalidades dos cursos técnicos e médio regular. Alguns estudantes do Ensino Fundamental II, também participaram das ocupações, mas em menor grau<sup>21</sup>.

Constata-se que grande parcela dos estudantes que ocuparam a escola, eram formandos e ou que estavam nos últimos anos da formação na rede básica. Tal processo evidencia a preocupação que os estudantes tiveram com os demais sujeitos que viriam a entrar na escola e que teriam como resultado a mudança no novo Ensino Médio, imposto através da MP.

A gente sempre frisava que aquilo não iria ser para nós, pois estávamos saindo do Ensino Médio, sendo que seria para aqueles que iriam ficar, e isso era muito forte na minha memória, era uma mudança que a gente não queria que acontecesse, pois sabíamos que não seria para melhor” (Guerra dos Canudos, entrevistado em 2021).

Também notamos que dos entrevistados, quatro já trabalhavam e/ou realizavam estágio, trazendo consigo as relações de trabalho presente em suas vidas, sendo de classe trabalhadora, “[...] assim como os demais estudantes das escolas públicas de Francisco Beltrão, na sua maioria, são provenientes das classes populares, filhos de trabalhadores que enfrentam todos os dias as dificuldades do sistema societal a qual estão inseridos” (David, 2019, p. 84).

Quando questionados sobre os motivos que levaram os secundaristas a ocuparem a escola, cinco destes responderam que tinha relação com a PEC Nº 241, seis disseram ter relação com a Reforma do Ensino Médio e, também seis mencionaram como motivos pautas educacionais, como a Lei da Mordaza, o processo de defesa da educação frente aos ataques a nível estadual e federal.

Destarte, buscando compreender em quais espaços os ocupas estavam inseridos no momento da entrevista e contrapondo insinuações e ataques por parte dos sujeitos contra as ocupações que afirmavam “que quem ocupava a escola eram os vagabundos”, “enquanto estão aprendendo a varrer o chão na ocupação, os alunos estavam se preparando para vestibular e ENEM”, ente outros. Conforme a Tabela 2, apresentamos por onde andavam os “vagabundos” em 2021.

<sup>21</sup> Cada ocupação teve seu processo de construção de forma heterogênea, segundo Corso (2020) e David (2019) algumas escolas tiveram a presença mais intensa de estudantes do Ensino Fundamental II.

**Quadro 2:** Espaços ocupados pelos ocupas entrevistados em 2021.

Entrevistado	Município em que reside	Idade	Curso	Pública ou Privada	Ano
Guerra do Contestado	Francisco Beltrão/PR	22	Direito	Privada	2º ano
Revolta da Chibata	Francisco Beltrão/PR	22	Letras	Pública	3º ano
Revolta dos Posseiros	Realeza/ Cascavel /PR	22	Medicina Veterinária	Pública	4º ano
Guerra de Canudos	Francisco Beltrão/PR	23	Pedagogia/ Letras	Privada/ Pública	Formada/ 4º ano
Revolta da Vacina	Francisco Beltrão/PR	22	Não estudava		
Marcha das Margaridas	Cidad do Leste / PY	22	Medicina	Privada	2º ano
Primavera Estudantil	Francisco Beltrão/PR	21	Geografia	Pública	4º ano
Caras- Pintadas	Itajaí/ SC	21	Cursou três anos de Direito	Privada	Trancou o curso

**Fonte:** Entrevistas. Elaborado pelos autores (2021).

Constatamos que cinco dos ocupas permanecem em Francisco Beltrão/PR, um está residindo alternadamente entre as cidades de Realeza e Cascavel/PR, um em Itajaí/ SC e um em Cidade do Leste no Paraguai. Tendo os jovens, idade entre 21 e 23 anos. Além disso, os secundaristas daquele período, ocupam hoje, na grande maioria, as universidades, sejam públicas ou privadas, fato que corrobora com a continuação dos estudos destes sujeitos.

Dos 8, atualmente, dois não estão inseridos em instituições de Ensino Superior<sup>22</sup>, sendo que 1 iniciou o curso de Direito, mas trancou, dos outros seis, 1 está cursando Direito, 2 Letras, 1 Geografia. 1 Medicina e 1 Medicina Veterinária e estão inseridos entre o 2º e 4º ano da graduação, sendo que um estudante já concluiu o curso de Pedagogia.

As ocupações contribuíram para a formação destes jovens, de forma individual e coletiva, contribuindo para a formação de sujeitos políticos, que a partir das experiências formativas construídas, puderam lutar contra as medidas em implementação. O reflexo dessa formação se especializa hoje, sendo que muitos dos jovens afirmam que as ocupações auxiliaram em suas escolhas pessoais e profissionais,

<sup>22</sup> É necessário que fique evidente que ainda hoje a Universidade não se torna um espaço plural e de fácil acesso para toda população, devido a diversas características, como fator econômico, social e estrutural, não podendo ser homogeneizados os diferentes sujeitos e as diversas realidades.

Então, na época, agora eu estou cursando direito né, me deu um leque para eu aprender um pouco mais do que é uma medida provisória do que é um projeto de lei e tudo mais, querendo ou não abri um pouco dos meus caminhos, que veio a me interessar, para ter certeza do curso que eu já tinha pretensão de cursar, e que de certa forma me deu um incentivo a mais (Guerra do Contestado, entrevistado em 2021).

A ida para a licenciatura se deu por essa experiência organizativa na escola, de ver aqueles professores, que por mais que não eram de geografia, que não tive professores de Geografia a esse ponto na minha formação, mas outros professores de outras disciplinas, mostraram como é um compromisso político dessa profissão né, e realmente que eu quero ter esse compromisso político na defesa da educação (Primavera Estudantil, entrevistado em 2021).

[...] Toda minha decisão futura foi colocada em perspectiva, eu olhei para o que eu queria para o futuro, eu olhei para as possibilidades que eu ia ter, inclusive se a MP fosse aprovada, e eu coloquei tudo na balança [...] Eu lembro de pensar eu quero seguir a carreira docente, porque hoje eu sigo a carreira docente, e eu sei que a ocupação me ajudou a seguir tal carreira, porque eu queria fazer diferente sabe? (Revolta da Chibata, entrevistado em 2021).

As experiências construídas no bojo das relações sociais entre os sujeitos, fruto direto da vivência e luta dentro do processo de ocupação, constituíram-se como parte destes, contribuindo para uma formação cidadã, frente aos paradigmas atuais. Dentre as experiências e aprendizados cristalizados aos sujeitos, destacamos algumas experiências

Acho que o que mais aprendi com a ocupação, é se a gente não fizer pela gente, ninguém vai contribuir, nem se preocupar em se a gente está bem [...] precisamos fazer pela gente, tem que correr atrás das coisas, botar a cara para bater (Revolta dos Possseiros, entrevistado em 2021).

[...] é um direito que a gente tem de se manifestar e não ficar calado ou ficar isento das coisas que estavam acontecendo, eu estava nos últimos anos, [...] não seria prejudicada pela Reforma do E.M. diretamente, mas afetaria outros familiares e outras pessoas que viriam, e acredito que é importante como cidadão ativo na sociedade, participar disso e tentar mudar uma coisa para melhor, parar de enxergar só o nosso e olhar o coletivo" (Guerra do Contestado, entrevistado em 2021).

Assim, a ocupação representou na prática a ação estudantil, a mobilização, a articulação e a organização destes sujeitos, representando uma "virada de chave" no entendimento do espaço em que ocupam,

[...] acredito que a ocupação, ela foi um marco [...] porque foi a primeira experiência, digamos assim, mais concreta, de lutar pelos nossos direitos, né? De lutar pelo mundo que a gente quer. **Então a gente estava ali naquele momento, estava lutando pra defender uma coisa que a gente sentia que era nossa** [...] Então acho que foi início assim também dum pensamento que também foi um momento de virada porque tipo, passar a também ter o sentimento de que é preciso agir mesmo na prática [...] botar a mão na massa

e fazer alguma coisa [...] para levar essa reclamação para todo mundo, e defender o que é nosso e criar táticas pra defender o que é nosso (Marcha das Margaridas, entrevistado em 2021) (Grifos do autor).

Compreendemos que a “virada de chave” é o entendimento do pertencimento aquele lugar, à escola. A partir da organização democrática, coletiva e horizontal, a escola também passou a ser um lugar de bem comum, onde os ocupas se sentiram parte do processo, sendo sujeitos de voz, sujeitos que podem decidir, opinar, construir uma realidade diferente da tradicional e verticalizada, portanto, sujeitos protagonistas deste espaço.

Atualmente, continuam a expandir as experiências nos mais diversos espaços, seja na família, no trabalho, na universidade e na sociedade, com posicionamentos trazidos pela ocupação. Tais sujeitos, após 2016, continuaram construindo suas relações, através das experiências cristalizadas durante a ocupação, constituindo uma ação política inerente a estes.

Através da pesquisa identificamos que os participantes que estão na universidade estão inseridos em movimentos estudantis, direta ou indiretamente, seja em Centro Acadêmico, Diretório Central de Estudantes (DCE), Atléticas, mobilizações internas, pautas voltadas à defesa da educação pública e de qualidade. Também dois entrevistados que são funcionários públicos concursados, estão sindicalizados, através da entidade que os representa.

Além disso, constatou-se a filiação a partidos políticos: dois entrevistados são filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), um com experiências e proximidade ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e outro com a União da Juventude Comunista (UJC). A relação pela participação mais direta em coletivos também se mostra presente, sendo estes uma continuidade da articulação coletiva, frente a necessidade de organização direta.

### **Considerações finais**

Os estudantes que ocuparam as escolas, em decorrência de uma pauta que aprovada e implementada por um governo que se recusou a dialogar com os principais interessados do processo, marcaram a história de resistência estudantil no país e em

Francisco Beltrão. A importância e amplitude deste Movimento é reconhecido como um processo de insurreição das juventudes secundaristas, significando muito mais que os dias ocupados, ecoou como ondas pelo Brasil, que reverberavam as inquietações e indignações dos estudantes secundaristas, ocupando o espaço que no Brasil faz parte de um dos direitos da juventude: a escola. Para defesa deste direito e deste espaço o ocuparam como forma de luta e defesa da educação pública e de qualidade.

O espaço da escola, fruto do processo histórico da formação da sociedade, é pertencente aos sujeitos que eles ocupam, sem estudantes não há escola, sem protagonistas, não há uma sociedade. As ocupações possibilitaram a luta dos estudantes, respondendo à pergunta da estudante Ana Júlia<sup>23</sup> na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) "De quem é o espaço ocupado, e a quem pertence a escola?"

Dia após dia, os secundaristas re(existiram), através das inúmeras comissões e de assembleias organizadas de forma partilhada, coletiva e política, que por meio das suas experiências construíram, com o pouco que tinham estruturalmente, relações e aprendizados para a vida. A formação política em especial, demonstrou os aprendizados dos ocupas mesmo após o movimento, articulando tais experiências para formação de suas vidas, auxiliando em escolhas pessoais e profissionais, corroborando com a continuação de uma ação voltada ao coletivo e a manutenção da educação como centro de uma sociedade melhor, sendo reflexo disso, por exemplo, a continuação de jovens nos movimentos estudantis, agora na universidade, ou até mesmo em movimentos partidários.

Os ocupas não eram os "vagabundos", os "desocupados", os "manipulados", eram sujeitos de voz e de ação, que hoje ocupam outros espaços, muito além do (sub)espaço geográfico escola, levando consigo certezas, dentre elas, que outros sujeitos que não ocuparam, jamais saberão. Contudo, portanto, a pesquisa não atingiu a finalização desta, pois esperamos ter criado um espaço a mais de diálogo e representatividade, sendo possível outras abordagens que não conseguiram ser contempladas totalmente neste trabalho. As ocupações, portanto, representaram um

---

<sup>23</sup> Estudante que foi discursar na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, defendendo o movimento de ocupações. Atualmente Ana Júlia é deputada estadual pelo Paraná.



movimento que auxiliou na construção das juventudes presentes hoje, em nossa sociedade.

## Referências

BRASIL. **Medida Provisória N. 746**, de 22 de setembro de 2016. Presidência da República. Secretaria-Geral. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=746&ano=2016&ato=762ITUE1EeZpWT31a>. Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional N. 95**, de 15 de dezembro de 2016. Presidência da República. Casa civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 07 jun. 2021.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional nº 241**, de 15 de junho de 2016. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Lei N. 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Presidência da República. Secretaria-Geral. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 07 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Presidência da República. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 08 jun. 2021.

CORSO, A. M. **Ocupar é aprender**: representações da juventude sobre as ocupações em escolas públicas de ensino médio em Irati (PR). 2020. 242 p. Tese (Doutorado em educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.

CORSO, A. M. O movimento de ocupação das escolas no interior do Paraná: o que motivou os estudantes a ocupar a escola. **Entropia**, 4(7), p.165-184. 2020. Disponível em: <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/317>. Acesso em: 05 jun. 2021.

COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (Orgs.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João, 2018.

DAVID, F. M. **Movimento das ocupações escolares**: "o fazer político dos jovens secundaristas" no município de Francisco Beltrão-PR. 2019. 153 p. Dissertação (mestrado em educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR, 2019.

DAVID, F. M.; MARTINS, S. A. **As ocupações secundaristas em Francisco Beltrão-PR–2016**: fazer-se e experiências. Linhas Críticas, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, v. 27, p. 1-20. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36442>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

**ESTUDANTES protestam contra a retirada de quatro disciplinas do Ensino Médio**. Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão, 11 de outubro de 2016.

FLACH, S. F; BOUTIN, A. C. D. B. **Contribuições para o debate sobre as práticas educativas nas ocupações de escolas públicas**. Movimento, 6(10), p.195-218. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i10.514>. Acesso em: 24 março 2021.

GROPPO, L. A.; SILVEIRA, I. B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, v. 12, n. 1, p. 7-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/30125/69/86763> . Acesso em: 20 mai. 2021.

GROPPO, L. A. **O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil**. COSTA, A. A. F; GROppo, L.A. O movimento das ocupações estudantis no Brasil. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018. p. 85-118.

GROPPO, L. A. et al. O maior, o mais ignorado, o mais combatido: o movimento das ocupações estudantis no Paraná em 2016. **Cadernos do Aplicação**, v. 34, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/viewFile/110919/61356>. Acesso em: 05 jun. 2021.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, p. 16, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410840&search=parana|fr+ancisco-beltrao>. Acesso em: 27 jun. 2021.

LIMA FILHO, D. L. **É necessário resistir ao empobrecimento do currículo**. Entrevista concedida a Cá - tia Guimarães, Poli: saúde, educação, trabalho, Rio de Janeiro, v. 9, n. 50, p. 23-26, mar./abr.2017.

MARTINS, F. J. **Ocupação da escola**: uma categoria em construção. 2009. 273 f. Tese (Doutorado), Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, S. A. O fazer político dos jovens das classes populares: as ocupações estudantis paranaenses. **Revista Pedagógica**, v. 20, n. 43, p. 143-167, abril, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v20i43.4002>. Acesso em: 06 mar. 2021.

OCUPACEMA. Estudantes realizam oficinas durante a ocupação. *Facebook*. Disponível em:

<http://www.facebook.com/OCUPACEMA/photos/a.353121571692236/353193595018367/>. Acesso em: 06 mar. 2021.

RECH, R. **A primavera secundarista no paraná e a pedagogia histórico-crítica**. 2020. 318. Tese (Pós-doutorado em educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SILVA, A. D. P.; AZEVEDO, S. D. C. A escola como território: relações de poder e políticas educacionais. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, p. 55-69, 2019.

STOIEV, F. **A experiência das ocupações no Paraná**: narrativas dos estudantes secundaristas sobre a escola pública. 2019. 208p. Dissertação (Mestrado Profissional em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2019

TRUFFI, R. Sob pressão da justiça, secundaristas completam um mês de ocupações nas escolas. **Carta Capital**, São Paulo, 4 de nov. de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/sob-pressao-da-justica-estudantessecundaristas-completam-um-mes-deocupacoes-nas-escolas>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Enviado em: 13-06-2023

Aprovado em: 20-11-2023

Publicado em: 12-09-2024